

A sequência natural das decisões do Congresso

As medidas que o governo acaba de adotar na área cambial são, lamentavelmente, a sequência lógica, natural — e, por isso, esperada — da corrida rumo à hiperinflação iniciada pelo Congresso Nacional na semana passada. Ao tornar inevitável o aumento da dívida pública, e derrubando os vetos do Executivo à nova política salarial e ao salário mínimo, o Congresso deu enorme contribuição para fazer crescer a fogueira inflacionária. Suas decisões vão aumentar as despesas do governo com o funcionalismo e os gastos da Previdência Social, elevando o déficit público numa proporção ainda não devidamente calculada.

Antes da decisão do Congresso, já estava difícil fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O estouro das contas públicas e o salto do índice de inflação entre maio e junho tornaram praticamente impossível esse acordo, ao menos dentro do prazo desejado pelo governo (até o final de agosto), apesar de o FMI ter demonstrado estar "doido para fazer um acerto", como diz o ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

Sem o acordo, como o próprio governo admite, deixarão de ingressar no país recursos de US\$ 2,5 bilhões a US\$ 3 bilhões este ano, dos quais US\$ 800 milhões do FMI, US\$ 800 milhões do Banco Mundial, US\$ 600 milhões dos bancos privados e US\$ 600 milhões do governo japonês. Sem esse dinheiro, o país não terá condições de pagar todos os compromissos que vencem até o final do ano, dos quais cerca de US\$ 2,5 bilhões ao Clube de Paris e a organismos oficiais (como o FMI, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a International Finance Corporation), entre juros e amortização, e US\$ 4,4 bilhões aos bancos particulares a título de juros (sendo US\$ 3,7 bilhões de médio e longo prazo).

Para não ter de lançar mão das reservas cambiais e evitar uma crise cambial, o governo decidiu promover uma mididesvalorização do cruzado de 11,98%, criar o Bônus do Tesouro Nacional com cláusula de correção cambial e centralizar no Banco Central todas as operações de câmbio. A primeira medida destina-se a estimular as exportações e conter as importações, de modo a assegurar um bom desempenho da balança comercial, que já vinha mostrando sinais de queda. A segunda dá àqueles que realizam operações de comércio exterior garantias contra mudanças bruscas na política cambial e ao mesmo tempo oferece ao governo uma possibilidade adicional de rolar sua dívida. A terceira, e mais importante de todas, neste momento, significa que os pagamentos ao exterior serão feitos segundo critérios de prioridade que o próprio governo vai definir.

As medidas eram inevitáveis. O governo já vinha identificando uma aceleração no fechamento dos contratos de câmbio para importação, retardamento nas exportações e aumento das remessas e repatriações de capital ao exterior. Só no primeiro semestre, as remessas totalizaram US\$ 2 bilhões. Do ponto de vista externo, elas mostram que o país se prepara para uma moratória — civilizada, técnica, ou discreta, como o governo recomenda às principais embaixadas no exterior —, especialmente com relação aos bancos particulares. Do ponto de vista interno, seus efeitos serão muitos. Os preços dos bens importados subirão e se refletirão nos preços finais dos produtos. Além disso, quem tem dívida e outras obrigações em moeda estrangeira terá seus custos elevados e isso também pressionará a inflação. Nesse caso está o próprio governo e as empresas estatais, o que certamente forçará um reajuste mais acelerado das tarifas e dos preços públicos.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medida oficial da inflação, atingiu 24,83% em junho, mais do dobro do índice de maio (9,94%), no maior salto já visto na história do país, acumulando uma variação de 175,6% no ano e de 964,06% nos últimos doze meses. Antes das medidas do governo na área cambial, os preços e tarifas do setor público já estavam atrasados e exigiam recomposição estimada em 40%. A mididesvalorização poderá exigir aumentos maiores do que esses, num prazo relativamente curto.

A semana começa com o anúncio dos novos preços dos combustíveis, de forte impacto psicológico sobre os agentes econômicos e com indícios cada vez mais claros de que é muito remota a possibilidade de a inflação ficar em torno de 28%, como afirma o governo. Ela já está no patamar de 30%, segundo detecta o mercado financeiro. "Para atingir 50% é um pulo", diz o economista Paulo Guedes, vice-presidente executivo do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais e nome lembrado com insistência nos últimos dias para ocupar um lugar no ministério e imprimir uma política ortodoxa. "Experiências como a da Argentina mostram que uma inflação naquele patamar tem efeitos devastadores, fatais para a economia", conclui.

O agravamento da crise brasileira, acelerado pela irresponsabilidade do Congresso e pelo imobilismo do governo, tornou-a um fato político. Perdida, como tudo indica que está, a luta contra a inflação, a batalha de hoje em diante será para assegurar um mínimo de estabilidade política e social até as eleições e a posse do sucessor do presidente José Sarney. A grande questão é saber se chegaremos lá.

O Congresso Nacional, responsável pelo início dessa corrida louca, que medite sobre suas decisões e, ao final do recesso parlamentar, diga à Nação como pode livrar-nos do pior.